

# reconquist@.pt

---

## Oposição tem dúvidas sobre auditoria

### Carta em fase de inquérito

A carta de um funcionário da Câmara de Penamacor a acusar a maioria de perseguição política já está a ser alvo de um inquérito. Foi nomeado um jurista enquanto que a carta já foi enviada para a IGAT.

Está em marcha o inquérito à carta de um funcionário da Câmara de Penamacor que acusa o executivo liderado por Domingos Torrão de perseguição política e que foi tornada pública pelo membro da Assembleia Municipal, Francisco Abreu. Depois da acesa Assembleia Municipal em que pela primeira vez foi dado a conhecer o teor da missiva, foi aberto um inquérito, realizado por um jurista externo à Câmara mas natural do concelho de Penamacor.

Vítor Gabriel, vereador da Coligação "Todos por Penamacor" lamenta o caso e apesar de não colocar em causa a seriedade do jurista diz que "o que está acontecer é um conjunto de diligências no sentido de que as pessoas esqueçam o que aconteceu. Distrair as pessoas para que o assunto não seja clarificado". O vereador da oposição diz que a escolha de um jurista, apesar de externo à Câmara, ser natural do concelho, tem que ser equacionada.

A coordenação das fases do inquérito ficam a cargo deste jurista, contudo, para o vereador da oposição, volta a ser facto estranho, o mesmo ser natural da freguesia do presidente da Câmara. Vítor Gabriel já deixou a certeza de que "os eleitos da Coligação vão pugnar para que esta e outras questões sejam clarificadas nos Órgãos próprios".

Em resposta, Domingos Torrão lembra que o inquérito está a decorrer e que a carta já foi enviada para a Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT).

Para o vice-presidente da autarquia, o assunto vai ser resolvido em tribunal. António Cabanas não tem qualquer dúvida de que "pela minha parte o assunto vai chegar ao tribunal. Há que apurar tudo até ao tutano". António Cabanas considera da maior gravidade as acusações que foram trazidas por um deputado municipal. O vice-presidente está a referir-se a Francisco Abreu ao dizer que "mais grave que a carta foram as acusações trazidas pelo membro da Assembleia Municipal". Na reunião pública daquele Órgão, Francisco Abreu referiu que a carta vinha comprovar as ameaças, pressões, chantagens e corrupção denunciadas por diversas vezes pela oposição.

A carta assinada por um funcionário autárquico está agora nas mãos da IGAT, enquanto que um inquérito interno está a dar os primeiros passos na averiguação de provas para se poder apurar responsabilidades. A maioria rejeita as críticas de perseguição política e ameaças a qualquer funcionário da administração local. Este é mais um episódio político que vai parar a tribunal.

Autor: José Furtado

31-05-2007 18:01:50